



Estado de Mato Grosso do Sul Atos Oficiais da Prefeitura Municipal de Alcínópolis



RESULTADO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Alcínópolis, MS

Processo Licitatório nº 013/2011
Pregão Presencial nº 09/2011

Objeto: Seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a contratação de 01 (um) nutricionista, para prestação de serviços nas Escolas Municipais, durante 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta – feira, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Resultado: O nutricionista DORLAND GUIMARÃES DE CARVALHO FILHO, apresentou a menor proposta para o objeto licitado, sendo, portanto, julgado vencedor com a proposta no valor total de R\$ 31.999,92 (trinta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), depois de verificada a compatibilidade da proposta com os requisitos e valores exigidos no edital.

Alcínópolis, MS, 25 de abril de 2011.

(a.) ELISANGELA TIDER DA SILVA CORREIA
Presidente da CPL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Alcínópolis, MS

Processo Licitatório nº 020/2011
Pregão Presencial nº 013/2011

Objeto: Seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a contratação de 01 (um) fisioterapeuta, para prestação de serviços no Centro de Convivência dos Idosos – CONVIVER, de segunda a sexta – feira, durante 08 (oito) horas diárias, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Resultado: A fisioterapeuta VIVIANE CORREA NOGUEIRA, apresentou a menor proposta para o objeto licitado, sendo, portanto, julgada vencedora com a proposta no valor total de R\$ 30.660,00 (trinta mil e seiscentos e sessenta reais), depois de verificada a compatibilidade da proposta com os requisitos e valores exigidos no edital.

Alcínópolis, MS, 27 de abril de 2011.

(a.) ELISANGELA TIDER DA SILVA CORREIA
Presidente da CPL

EXTRATO DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS Nº 048/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALCÍNÓPOLIS – MS
CONTRATADO: CACILDO DE SOUZA LEMES

OBJETO: Contratação de empresa no ramo pertinente, para construção de 05 (cinco) mata burros, sendo 02 (dois) mata burros no acesso à Fazenda Primavera e na propriedade; 01 (um) mata burro na divisa da Fazenda Primavera e Fazenda Ancar 3; 01 (um) mata burro na divisa da Fazenda Ancar 3 e Fazenda Recanto, no Município de Alcínópolis/MS, com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com as planilhas, projetos e orçamentos em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos.

PRAZO: 10 (dez) dias, com início em 14 de abril de 2011 e término em 23 de abril de 2011

VALOR: R\$ 12.760,00 (doze mil e setecentos e sessenta reais)

DOTAÇÃO: 70 SEC MUN DE VIAÇÃO, E OBRAS SERV. PÚBLICOS - 70.101 SEC MUN DE VIAÇÃO, E OBRAS SERV. PÚBLICOS - 26.782.0117-1.030 Construção Restauração de Estradas Pontes e Mata Burros - 4.4.90.51 - 00 Obras e Instalações

FORO: Comarca de Coxim/MS

ASSINATURA: 14.04.2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO: O prefeito municipal torna público que o referido contrato dispensou de licitação na forma do inciso I, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Alcínópolis/MS, 14 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALCÍNÓPOLIS – MS e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCÍNÓPOLIS

CONTRATADA: CIRUMED COMÉRCIO LTDA

OBJETO: I) ACRÉSCIMO: O objeto do presente Termo consiste no acréscimo aproximadamente de 14,75% (quatorze vírgula setenta e cinco por cento) ao valor total da Ata de Registro de Preços nº 001/2010, a partir da assinatura deste Termo.

PRAZO: 20/04/2011 à 30/06/2011.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto nº 3.931/2001, art. 12, caput, consubstanciado na Lei nº 8.666/93, art. 65, §1º, c/c o item 6.1 da Ata de Registro de Preços nº 001/2010 e no que consta no Processo Administrativo nº 008/2010 e Pregão Presencial nº 006/2010.

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 001/2010, desde que não contrariem o presente Aditamento.

DATA ASSINATURA: 11.04.2011.

ASSINAM: MANOEL NUNES DA SILVA, WANDERLY PISSURNO e AURÉLIO NOGUEIRA DA COSTA.

Alcínópolis/MS, 11 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO III TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALCÍNÓPOLIS – MS e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCÍNÓPOLIS

CONTRATADA: BIOGEM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME

OBJETO: I) PRORROGAÇÃO DO PRAZO: Prorroga o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços pelo período de mais 72 (setenta e dois) dias, com início em 20 de abril de 2011, ampliando o prazo da contratação prevista, nos termos da Lei 8.666/93.

PRAZO: 20/04/2011 à 30/06/2011.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto nº 3.931/2001, art. 12, caput, consubstanciado na Lei nº 8.666/93, art. 57, §4º e 56, c/c o item 1.1 e 2.8 da Ata de Registro de Preços e no Processo Administrativo nº 08/2010 e Pregão Presencial nº 006/2010, e ainda, mediante a urgência e interesse da Administração Pública, Previsão do Contrato Principal e acordo firmado entre as partes contratantes.

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 002/2010, desde que não contrariem o presente Aditamento.

DATA ASSINATURA: 20.04.2011.

ASSINAM: MANOEL NUNES DA SILVA, WANDERLY PISSURNO e GILMAR DE JESUS DE SOUZA.

Alcínópolis/MS, 20 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO III TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALCÍNÓPOLIS – MS e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCÍNÓPOLIS

CONTRATADA: CIRUMED COMÉRCIO LTDA

OBJETO: I) PRORROGAÇÃO DO PRAZO: Prorroga o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços pelo período de mais 72 (setenta e dois) dias, com início em 20 de abril de 2011, ampliando o prazo da contratação prevista, nos termos da Lei 8.666/93.

PRAZO: 20/04/2011 à 30/06/2011.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto nº 3.931/2001, art. 12, caput, consubstanciado na Lei nº 8.666/93, art. 57, §4º e 56, c/c o item 1.1 e 2.8 da Ata de Registro de Preços e no Processo Administrativo nº 08/2010 e Pregão Presencial nº 006/2010, e ainda, mediante a urgência e interesse da Administração Pública, Previsão do Contrato Principal e acordo firmado entre as partes contratantes.

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 001/2010, desde que não contrariem o presente Aditamento.

DATA ASSINATURA: 20.04.2011.

ASSINAM: MANOEL NUNES DA SILVA, WANDERLY PISSURNO e GILMAR DE JESUS DE SOUZA.

Alcínópolis/MS, 20 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALCÍNÓPOLIS – MS

CONTRATADA: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE COSTA RICA LTDA.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO: Prorroga o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 005/2010, até o dia 06 de maio de 2011, com início em 21 de abril de 2011, ampliando o prazo da contratação prevista, nos termos da Lei 8.666/93.

PRAZO: 21/04/2011 à 06/05/2011.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto nº 3.931/2001, art. 4º, §2º e art. 12, consubstanciado na Lei nº 8.666/93, arts. 57, §4º e 65, c/c o item 1.1 e 2.8 da Ata de Registro de Preços nº 007/2010 e no Processo Administrativo nº 007/2010 e Pregão Presencial nº 005/2010, de acordo ainda com a previsão do Termo original e acordo firmado entre as partes contratantes.

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 005/2010, desde que não contrariem o presente Aditamento.

DATA ASSINATURA: 20.04.2011.

ASSINAM: MANOEL NUNES DA SILVA e EDSON MARTINS MORAES.

Alcinópolis/MS, 20 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS – MS
CONTRATADA: DAVI DE OLIVEIRA FURTADO – ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO: Prorroga o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 006/2010, até o dia 06 de maio de 2011, com início em 21 de abril de 2011, ampliando o prazo da contratação prevista, nos termos da Lei 8.666/93.

PRAZO: 21/04/2011 à 06/05/2011.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto nº 3.931/2001, art. 4º, §2º e art. 12, consubstanciado na Lei nº 8.666/93, arts. 57, §4º e 65, c/c o item 1.1 e 2.8 da Ata de Registro de Preços nº 006/2010 e no Processo Administrativo nº 007/2010 e Pregão Presencial nº 005/2010, de acordo ainda com a previsão do Termo original e acordo firmado entre as partes contratantes.

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 006/2010, desde que não contrariem o presente Aditamento.

DATA ASSINATURA: 20.04.2011.

ASSINAM: MANOEL NUNES DA SILVA e DAVI DE OLIVEIRA FURTADO.

Alcinópolis/MS, 20 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS – MS
CONTRATADA: VINICIUS M. REZENDE & CIA. LTDA. – ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO: Prorroga o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 007/2010, até o dia 06 de maio de 2011, com início em 21 de abril de 2011, ampliando o prazo da contratação prevista, nos termos da Lei 8.666/93.

PRAZO: 21/04/2011 à 06/05/2011.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto nº 3.931/2001, art. 4º, §2º e art. 12, consubstanciado na Lei nº 8.666/93, arts. 57, §4º e 65, c/c o item 1.1 e 2.8 da Ata de Registro de Preços nº 007/2010 e no Processo Administrativo nº 007/2010 e Pregão Presencial nº 005/2010, de acordo ainda com a previsão do Termo original e acordo firmado entre as partes contratantes.

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 007/2010, desde que não contrariem o presente Aditamento.

DATA ASSINATURA: 20.04.2011.

ASSINAM: MANOEL NUNES DA SILVA e ALCENIR MARTINS RESENDE.

Alcinópolis/MS, 20 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS – MS
CONTRATADA: NELSON ARGENTINO JÚNIOR & CIA LTDA – ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO: Prorroga o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 008/2010, até o dia 06 de maio de 2011, com início em 21 de abril de 2011, ampliando o prazo da contratação prevista, nos termos da Lei 8.666/93.

PRAZO: 21/04/2011 à 06/05/2011.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto nº 3.931/2001, art. 4º, §2º e art. 12, consubstanciado na Lei nº 8.666/93, arts. 57, §4º e 65, c/c o item 1.1 e 2.8 da Ata de Registro de Preços nº 007/2010 e no Processo Administrativo nº 007/2010 e Pregão Presencial nº 005/2010, de acordo ainda com a previsão do Termo original e acordo firmado entre as partes contratantes.

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 008/2010, desde que não contrariem o presente Aditamento.

DATA ASSINATURA: 20.04.2011.

ASSINAM: MANOEL NUNES DA SILVA e NELSON ARGENTINO JÚNIOR.

Alcinópolis/MS, 20 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes do Processo Licitatório nº 013/2011, referente à licitação realizada na modalidade Pregão Presencial nº 09/2011, tendo como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a contratação de 01 (um) nutricionista, para prestação de serviços nas Escolas Municipais, durante 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta – feira, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Considerando os termos do inciso IV do artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, decido HOMOLOGAR o procedimento licitatório, que teve como vencedor o nutricionista DORLAND GUIMARÃES DE CARVALHO FILHO, vencedora do item 1, no valor total de R\$ 31.999,92 (trinta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Em Consequência, fica convocado o licitante acima mencionado para assinatura do contrato e retirada da Nota de Empenho, nos termos do Caput do art. 64, Lei Federal nº 8.666/93, sob as penas da lei.

Alcinópolis, MS, 28 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes do Processo Licitatório nº 020/2011, referente à licitação realizada na modalidade Pregão Presencial nº 013/2011, tendo como objeto a da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a contratação de 01 (um) fisioterapeuta, para prestação de serviços no Centro de Convivência dos Idosos – CONVIVER, de segunda a sexta – feira, durante 08 (oito) horas diárias, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Considerando os termos do inciso IV do artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, decido HOMOLOGAR o procedimento licitatório, que teve como vencedora a fisioterapeuta VIVIANE CORREA NOGUEIRA, vencedora do item 1, no valor total de R\$ 30.660,00 (trinta mil e seiscentos e sessenta reais)

Em Consequência, fica convocada a licitante acima mencionada para assinatura do contrato e retirada da Nota de Empenho, nos termos do Caput do art. 64, Lei Federal nº 8.666/93, sob as penas da lei.

Alcinópolis, MS, 28 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

LEI Nº 323/2011 – DE 27 DE ABRIL DE 2011.

“Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM no Município de Alcinópolis/MS e os procedimentos de inspeção sanitária de estabelecimentos que produzam bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e dá outras providências”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS – ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal e Fiscalização Sanitária de Produtos para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de bebidas e alimentos de consumo humano de Origem Animal de Alcinópolis/MS – SIM – ALCINÓPOLIS/

JORNAL DE COSTA RICA

JORNAL CORREIO DE COSTA RICA LTDA.
Diretor Presidente/Redator-Chefe:
ANTÔNIO SILVESTRE DE CASTRO
Diretor Responsável:
DUPRÉ GARCIA COELHO
Diretor de Composição e Diagramação:
SILVESTRE DE CASTRO
Revisão:
NELI JUSTINA PEREIRA
CNPJ (IMP): 08.983.478/0001-89
INS. MUNICIPAL: 450.091-9
REGISTRO NA JUCEMS: 5400232678
Redação e Administração:
AV. JOSÉ FERREIRA DA COSTA, 90
CX. POSTAL, 13 - CEP: 79550-000
COSTA RICA - MATO GROSSO DO SUL
E-mail: imprensaoficial@terra.com.br
Fone Geral: (0xx67) 3247-1938
Plantão Diário: (0xx67) 3247-2388
Calular: (0xx67) 8131-9893
Exemplar do dia: R\$ 1,25
Nº atrasado: R\$ 2,00
ESTE JORNAL É RESPONSÁVEL
PELO EDITORIAL.

DEMAIS MATÉRIAS
SÃO DE RESPONSABILIDADE
DE SEUS AUTORES.
Impresso nas oficinas da LAYOUTGRÁFICA-
JALLES (SP) -
Fone: (0xx17) 3621-3556
Filial a ABRAJORI - Associação Brasileira
dos Jornais do Interior.
CNPJ - Cadastro Nacional de Jornais do
Interior.
Periodicidade verificada em Brasília (DF) -
Registro nº 00047.
Nosso representante com exclusividade
para todo o Brasil:
TÁBULA VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO S/C
LTDA.
SÃO PAULO - Rua Conceição de Monte
Alegre, 448 -
Casa 1 - Brooklin Novo - SÃO PAULO (SP).
CEP: 04563-690
Fone/PABX: (0xx11) 5507-5599

FUNDADO EM 01 DE DEZEMBRO DE 1984.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº. 002/2011
CARTA CONVITE Nº. 002/2011
CONTRATO Nº 002/2011
DATA: 02/05/2011

DAS PARTES:

CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL COSTA RICA- MS
CONTRATADA KMD ASSESSORIA CONTÁBIL E PLANEJAMENTO A MUNICIPIOS LTDA ME.

OBJETO DA LICITAÇÃO: LOCAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE VIA WEB DE GESTÃO LEGISLATIVA COM CONTROLE DE INDICAÇÕES, RESOLUÇÕES, LEIS, DECRETOS, REQUERIMENTOS E ATOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I.

VIGÊNCIA: 9 (nove) meses
VALOR: R\$ 26.000,00 (Vinte e Seis mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.001-01.031.0001.2002-3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

MS, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde e Higiene Pública.

§ 1º O Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal de Alcinópolis será designado, sempre que conveniente, pela sigla: SIM – ALCINÓPOLIS.

§ 2º A coordenação e as atividades de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal deverão ser efetuadas por profissionais habilitados em medicina veterinária.

§ 3º Esta Lei está em conformidade à Lei Federal nº 8.171/1991 e 9.712/1998 e ao Decreto Federal nº 5.741/2006 e 7.216/2010, que constituiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SuaSa).

Art. 2º Ficam obrigados a prévia inspeção industrial e sanitária e ao Certificado de Registro e Alvará de Registro no Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal de Alcinópolis/MS, respectivamente, todos os produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis assim como os estabelecimentos instalados no município de Alcinópolis, que produzam matéria-prima, abatem, manipulem, beneficiem, transformem, industrializem, fracionem, preparem, transportem, acondicionem ou embalem produtos de origem animal, adicionados ou não de produtos vegetais, suscetíveis de comercialização exclusiva no município de Alcinópolis.

§ 1º Estão sujeitos à rotulagem no SIM – ALCINÓPOLIS, todos os produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, que tenham sido de alguma forma beneficiados e/ou transformados, nos termos do presente artigo.

§ 2º O Alvará de Registro dos estabelecimentos será válido enquanto satisfizer as exigências legais, e o Certificado de Registro dos produtos de origem animal terá validade de 02 (dois) anos, ambos devendo ser renovados nos termos de regulamentação a ser editada pelo Poder Executivo.

§ 3º Excetuam-se da aplicação da presente lei as lanchonetes, bares, restaurantes e similares bem como os estabelecimentos varejistas que não trabalhem no sistema de auto-serviço de produtos de origem animal fracionados.

I – Entende-se por auto-serviço o sistema de comercialização de produtos de origem animal fracionados, manipulados e embalados na ausência do consumidor e que fiquem expostos a disposição dos clientes.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Saúde e Higiene Pública através do SIM – ALCINÓPOLIS, no que se refere aos estabelecimentos mencionados no art. 2º:

I – fiscalizar os estabelecimentos e produtos e promover a inspeção industrial e sanitária dos mesmos;

II – conceder o Alvará de Registro e o Certificado de Registro dos estabelecimentos e produtos de origem animal produzidos ou reembalados para comercialização exclusiva no Município de Alcinópolis;

III – regulamentar e normatizar a implantação, construção, reforma, ampliação ou aparelhamento dos estabelecimentos;

IV – regulamentar e normatizar o transporte de produtos de origem animal;

V – regulamentar e normatizar a execução das atividades de fiscalização e inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

Art. 4º Para a realização das atividades previstas na presente lei, serão cobradas taxas conforme previsto na Lei Municipal nº 029/93 - Código Tributário Municipal, ou em outra que vier substituí-la.

Art. 5º Os estabelecimentos de produtos de origem animal deverão ter seus projetos arquitetônicos e/ou "lay-out", analisados e vistos pelo setor competente da Secretaria Municipal de Saúde e Higiene Pública nos termos de sua regulamentação.

Art. 6º São consideradas infrações a presente lei, além das previstas em regulamentos específicos do Poder Executivo:

I – desrespeitar ou desacatar a autoridade de inspeção, quando no exercício de suas atribuições legais;

II – obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções;

III – descumprir intimações expedidas e/ou atos emanados das autoridades sanitárias competentes;

IV – transgredir outras normas legais e regulamentares relativas a estabelecimentos e produtos de origem animal.

Art. 7º Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível, o cometimento de infrações à legislação e normas complementares referentes a estabelecimentos de produtos de origem animal, acarretarão isolada ou cumulativamente, sanções administrativas previstas na Lei Municipal nº 029/93 ou em outra que vier substituí-la, além das seguintes:

I – apreensão definitiva do produto e/ou espécie animal em situação irregular;

II – cancelamento do Alvará de Registro do estabelecimento e do Certificado de Registro de seus produtos;

§ 1º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa competente após a tramitação do respectivo processo administrativo.

§ 2º Caso, no curso ou ao final do processo administrativo, haja desclassificação da infração para outra, será aproveitado o processo administrativo inicial em tudo o que couber, desde que não resulte prejuízo à defesa do infrator.

Art. 8º Em caso de irregularidade que não traga prejuízo efetivo ou potencial aos consumidores e/ou à saúde pública, sem prejuízo de eventual aplicação de sanção, o SIM – ALCINÓPOLIS poderá emitir Termo de Intimação para concessão de prazo a fim de que seja sanada a irregularidade.

Art. 9º Em qualquer situação que se faça necessária, para fins de fiscalização o SIM – ALCINÓPOLIS poderá determinar, por escrito, a apresentação de documentação legal do estabelecimento ou produtos, facultada a apreensão da mesma para ulterior avaliação, mediante a expedição de Termo de Apreensão/Devolução.

Art. 10 Havendo o não cumprimento da Intimação em sua totalidade ou cumprida parcialmente, serão lavrados autos de infração e instaurado o competente processo administrativo.

Art. 11 Nos casos em que a irregularidade exigir a pronta ação da autoridade fiscalizadora para a proteção da saúde pública e/ou do consumidor ou ainda para o cumprimento de norma legal ou determinação judicial, serão efetuadas, de imediato, medidas preventivas de apreensão temporária do produto e/ou animal em questão, inutilização, suspensão de atividade e interdição sobre produtos, substâncias, equipamentos e utensílios utilizados no processo produtivo, estabelecimentos ou outros, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 12 Para fins da presente lei, no que compete ao rito processual administrativo, à aplicação de penalidades, à intimação e às medidas preventivas, aplicar-se-ão as normas contidas na Lei Municipal nº 029/93, ou em outra que vier substituí-la.

Art. 13 Os estabelecimentos que já possuem registro no SIE/MS, e que realizem comércio exclusivamente no Município de Alcinópolis, terão o prazo de 90 (noventa) dias, após a publicação desta lei, para encaminhar a documentação necessária ao registro junto ao SIM – ALCINÓPOLIS, sob pena de aplicação das sanções previstas.

Parágrafo único. Observado o prazo deste artigo, até que o SIM – ALCINÓPOLIS julgue o pedido de registro, para efeito de regularidade, aproveitar-se-á o certificado SIE/MS, sem prejuízo das atribuições de fiscalização do SIM-ALCINÓPOLIS.

Art. 14 Na falta ou omissão de regulamento próprio Municipal, aplicam-se subsidiariamente ou supletivamente, no que couber, as normas Estaduais e Federais afins.

Art. 15 A presente lei será regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias contado da data de sua publicação.

Art.16 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Arquive-se.

LEI Nº 324/2011. – DE 03 DE MAIO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS – ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio-alimentação aos servidores públicos municipais, observadas as regras previstas na presente Lei.

Art. 2º O valor mensal do auxílio-alimentação será de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§1º O valor estabelecido neste artigo, será acrescido ou reduzido, mediante Decreto do Executivo, conforme a capacidade financeira do Município.

§2º O auxílio-alimentação será concedido somente ao Servidor que perceba o valor total de sua remuneração bruta até 02 (dois) salários mínimos vigente.

§3º Será suspenso automaticamente o auxílio desta Lei, do servidor que ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

§4º O servidor não poderá estar afastado por qualquer motivo de sua função laboral, durante todo o mês, independentemente do número de dias afastados do trabalho.

§5º Estão excluídos das disposições da presente Lei os servidores que se encontram em gozo de quaisquer das licenças previstas no Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar Municipal nº 01/2000.

§6º A exceção ao parágrafo anterior será aqueles convocados pela Justiça, os quais não terão interrupção da concessão do auxílio-alimentação, mediante a apresentação do competente atestado e nos casos de afastamento por motivo de saúde até 15 (quinze) dias.

Art. 3º O auxílio-alimentação de que trata a presente Lei:

I – não integrará o vencimento, remuneração ou salário nem se incorpora a estes para quaisquer efeitos;

II – não será computado para efeitos de quaisquer vantagens que o servidor perceba ou venha a perceber;

III – não está sujeito à incidência de quaisquer contribuições de competência do Município.

IV – não se submete a Tributação Previdenciária do Regime Geral.

Art. 4º A autorização deste auxílio será como Crédito Adicional Especial.

Parágrafo Único. A criação do elemento de despesa "46 – Auxílio Alimentação", nos programas de custeio por onde será custeada, tendo como fonte de recursos os incisos II e III, §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 5º A presente Lei será regulamentada por Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da vigência da mesma.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de maio de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Arquive-se.

LEI Nº 325/2011 – DE 03 DE MAIO DE 2011.

"Altera a redação do artigo 3º da Lei nº 67/1997 de 31 de março de 1997, que criou o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e alterado pela Lei nº 106/2000 de 31 de maio de 2000 e Lei nº 109/2000 de 22 de agosto de 2000"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS – ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei Municipal nº 67/1997, de 31 de março de 1997, alterada pelas Leis nº 106 e 109 de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar – COMAE, terá a seguinte composição:

I - Um representante indicado pelo Poder Executivo Municipal;

II - Dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III - Dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV - Dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§1º Cada membro titular terá um suplente da mesma categoria representada.

§2º Os membros e o presidente do COMAE terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§3º O exercício do mandato de Conselheiro do COMAE é considerado serviço relevante e não será remunerado.

§4º A indicação de representantes da sociedade civil, é privativa ao ato de nomeação dos seus membros.

§5º O Presidente e Vice-Presidente do COMAE, será definido em reunião posterior ao ato de nomeação dos seus membros, com quorum mínimo de 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez.

§6º A nomeação dos membros do COMAE, será formalizada por ato do Poder Executivo Municipal.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de maio de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Arquive-se.

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA Nº 053/2011

Processo Administrativo nº 013/2011
Pregão Presencial nº 09/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS – MS
Contratado: DORLAND GUIMARÃES DE CARVALHO FILHO

Data da Assinatura: 29 de abril de 2011.

Objeto: Contratação de 01 (um) nutricionista, para prestação de serviços nas Escolas Municipais, durante 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta - feira, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Valor: R\$ 31.999,92 (trinta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.

Período de Vigência: De 01/05/2011 a 30/04/2012.

Dotação Orçamentária: 40 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS; 40.101 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS; 12.361.0108-2.011 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL; 3.1.90.04-00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO;

Alcinópolis, MS, 29 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA Nº 054/2011

Processo Administrativo nº 020/2011
Pregão Presencial nº 013/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS – MS
Contratado: VIVIANE CORRÊA NOGUEIRA

Data da Assinatura: 29 de abril de 2011.

Objeto: Contratação de 01 (um) fisioterapeuta, para prestação de serviços no Centro de Convivência dos Idosos – CONVIVER, de segunda a sexta - feira, durante 08 (oito) horas diárias, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Valor: R\$ 30.660,00 (trinta mil e seiscentos e sessenta reais)

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.

Período de Vigência: De 01/05/2011 a 30/04/2012.

Dotação Orçamentária: 60 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL.; 60.102 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 08.241.1602-2.034 - MANUT. CENTRO CONVIV. IDOSOS/ CONV/ IDOSO/ BPC-PSB; 3.1.90.04-00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

Alcinópolis, MS, 29 de abril de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2011 – DE 03 DE MAIO DE 2011.

“Dispõe sobre nova redação da Lei Complementar nº 09, de 13 de dezembro de 2005, que criou o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Alcinópolis e dá providências.”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprova e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS DO PLANO

Art. 1º A presente lei complementar fixa diretrizes para o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Alcinópolis/MS.

Art. 2º O Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério será desenvolvido com fundamento no Artigo 206 e 211 da Constituição Federal, e a Lei de Diretrizes e Bases 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com a participação dos profissionais de educação que ministrarão o ensino com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - garantia de padrão de qualidade;

V - valorização da experiência extra-escolar;

VI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

VII - participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Art. 3º São atribuições do magistério para efeitos deste Plano de Carreira e Remuneração, as relacionadas com a educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, educação especial, atividades técnico-pedagógicas e administrativas.

Art. 4º O regime jurídico dos ocupantes de cargos do Magistério Municipal, é o deste Plano de Cargos e Carreira e, subsidiariamente, o do Estatuto dos Servidores Civis do Município.

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação aplicar as disposições desta Lei Complementar e no que couber, articular-se com a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos para a sua execução.

Art. 6º A implantação desta Lei Complementar será feita, levando em consideração:

I - A respectiva estrutura básica;

II - Os respectivos planos, programas, projetos e atividades em desenvolvimento;

III - A aprovação da lotação específica por unidade escolar e do órgão central qualitativa e quantitativa, segundo os levantamentos obtidos e afixados nesta Lei Complementar;

IV - As condições estabelecidas em outras Leis e Regulamento.

TÍTULO II DA ESTRUTURA DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I

Art. 7º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Sistema de Ensino: O conjunto de Instituições e de Órgãos, de natureza pública ou privada, que tem por objetivo a formação de melhores níveis da população, através da promoção, orientação, coordenação, execução e do controle das atividades relacionadas com o ensino no Município;

II - Professor: o que exerce atividades de docência;

III - Cargo: o conjunto de deveres, responsabilidades, atividades, tarefas ou atribuições cometidas a titulares, denominados funcionários regidos por Estatutos;

IV - Função: o conjunto das obrigações e atribuições de uma pessoa em uma atividade profissional específica;

V - Categoria Funcional: profissão definida, integrada de classes hierárquicas, constituídas de cargos da mesma natureza, classificados em níveis crescentes de habilitação;

VI - Classe: O conjunto de cargos da mesma natureza funcional de igual padrão ou escala de vencimentos e do mesmo grau de responsabilidades;

VII - Nível: é o grau de habilitação exigido para as categorias funcionais de Professor do Sistema de Ensino Público;

VIII - Padrão: representação da posição hierárquica do profissional de educação dentro da respectiva categoria funcional, através da combinação da letra correspondente da classe e do algarismo que indica o nível;

IX - Vencimento: retribuição pecuniária mensal devida ao profissional de educação pelo exercício do cargo ou função do magistério, conforme referência do cargo efetivo;

X - Progressão funcional: a passagem de um nível de habilitação para outro superior, na mesma classe, em que foi concursado, sendo os efeitos apenas financeiros;

XI - Ascensão Funcional: a passagem de uma classe para a outra imediatamente superior, dentro da mesma categoria funcional;

XII - Lotação: consiste na indicação da unidade ou órgão educacional em que o ocupante do cargo do magistério deva ter exercício;

XIII - Provimto: série de atos, formalidades indispensáveis para o preenchimento do cargo.

XIV - Especialista de Educação: profissional de educação do Magistério Municipal que exerce atividades de orientação, supervisão, planejamento e administração na área educacional;

XV - Monitor: profissional de educação do Magistério Municipal que exerce atividade de auxiliar o professor na Educação Infantil e no primeiro ano do Ensino Fundamental com suas atribuições asseguradas no regimento interno da instituição.

XVI - Professor - Coordenador: profissional de educação do Magistério Municipal que exerce atividade de coordenação docente e discente;

XVII - Diretor e Diretor-Adjunto: profissional de educação do Magistério Municipal que exerce a gestão das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras;

Art. 8º Integram a carreira do magistério do Sistema de Ensino Público Municipal, os profissionais que exercem atividades de monitoramento, docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de Direção, Coordenação ou Administração Escolar, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional.

Parágrafo único. As categorias funcionais de monitor, professor e especialista de educação são constituídas de cargos, cujos ocupantes serão identificados pela habilitação.

Art. 9º As classes das categorias funcionais de que trata este artigo, desdobram-se em níveis de habilitação, com número de 5 para professor e monitor, e 4 para especialista de educação.

Art. 10 Os níveis constituem a linha de habilitação de Monitor, Professor e Especialista de Educação objetivam a progressão prevista na Lei Federal nº 9.394/96.

CAPITULO II DO INGRESSO DO QUADRO

Art. 11 O ingresso na carreira do Magistério Público Municipal, se dará por concurso Público de provas e Títulos.

§ 1º A experiência docente mínima é pré-requisito para o exercício profissional de qualquer função do magistério, que não a de docência, monitoração, assessoria, orientação, supervisão e inspeção, será de dois anos e adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado.

I - Ser do quadro efetivo;

II - Na falta deste profissional poderá ser do quadro estando em Estágio Probatório.

§ 2º Comprovada a existência de vagas na Rede Municipal de Ensino e a indisponibilidade de candidatos aprovados em concursos anteriores, cada sistema realizará concurso público para o preenchimento das mesmas, pelo menos de quatro em quatro anos.

§ 3º O estágio probatório, tempo de exercício profissional a ser avaliado será de três anos após o período determinado em lei, ocorrerá entre a posse e o exercício permanente na função.

Art. 12 O concurso Público obedecerá às normas contidas no Edital Específico, que deverá obedecer ao disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 13 Os programas das provas de concurso serão detalhados e constituirão parte integrante de edital de abertura do Concurso Público, assim como os títulos e os valores que lhe serão atribuídos.

§ 1º O edital deverá explicitar, também, o prazo e os locais para a inscrição e os parâmetros de avaliação dos candidatos;

§ 2º O edital será divulgado na imprensa oficial e seu extrato será divulgado no Diário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 3º Deverão ainda ser divulgados por editais a lista dos candidatos inscritos e a relação dos candidatos classificados no concurso público.

Art. 14 O concurso será coordenado por uma comissão integrada por um servidor da Secretaria Municipal de Educação, um servidor da Secretaria Municipal de Administração, um representante da categoria ou um representante indicado pelo órgão de base local de defesa dos interesses da categoria do magistério, de cada unidade escolar.

Art. 15 As provas de habilitação do concurso para Professor, Monitor e Especialista de Educação versarão sobre os conteúdos de:

I - língua portuguesa;

II - conhecimentos gerais;

III - fundamentos da educação;

IV - conhecimentos específicos.

Parágrafo único. Prevalecerá na prova a maior pontuação na área específica.

CAPITULO III DO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

Art. 16 O exercício de monitoramento e de docência na carreira do Magistério exige como qualificação mínima:

I - Magistério em nível médio completo, para o monitoramento, a docência na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, nos termos do art. 62, da Lei 9.394/96;

II - ensino superior em curso de licenciatura, de graduação plena, com habilitação específica em área própria da docência, nas quatro últimos anos do ensino fundamental;

III - formação superior em áreas correspondentes e complementação nos termos da legislação vigente, para a docência em áreas específicas dos anos finais do ensino fundamental;

Parágrafo único. O exercício das demais atividades do magistério de que trata o artigo 3º desta Lei, exige como qualificação mínima a graduação em pedagogia ou Pós-

Graduação na área educacional, nos termos do artigo 64 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 17 O Município, em cumprimento do dispositivo nos artigos 67 e 68 da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, dedicará esforços para implementar programas de desenvolvimento aos profissionais da educação em exercício, incluída a formação em nível superior, em instituições credenciadas, bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço.

Parágrafo único. A implementação dos programas de que trata o caput deste artigo tomará em consideração:

I - a prioridade em áreas curriculares carentes de monitores e professores;

II - a situação funcional dos monitores e professores, de modo a priorizar os que terão mais tempo de exercício cumprido no sistema;

III - a utilização de metodologias diversificadas incluídas as que empregam recursos da educação à distância.

CAPÍTULO IV DA SUPLÊNCIA

Art. 18 Suplência é o exercício temporário da função do membro do Magistério, nas atribuições integrantes ao ensino e na execução de atividades técnico-pedagógica e ocorrerá:

Parágrafo único. A Contratação Temporária será através de processo seletivo seguindo regulamentação da SEÇÃO II - da Contratação Temporária, desta lei.

SEÇÃO I DAS AULAS E HORAS EXCEDENTES

Art. 19 São consideradas horas e aulas excedentes, para o efeito desta Lei, as que forem trabalhadas em caráter temporário, além das fixadas para a jornada de trabalho do Monitor e Professor obedecendo ao limite de 10 horas ou aulas.

I - O valor da hora e aula excedente será na mesma proporção fixado para a classe e nível de habilitação correspondente a que estiver sujeito o Monitor e Professor;

II - De preferência: a atribuição de horas e aulas excedentes observará a seguinte ordem:

a) Por professor da mesma disciplina e mesmo nível de habilitação;

b) Por professor de outra disciplina, que tenha a habilitação do professor substituto na disciplina a ser ministrada.

SEÇÃO II DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 20 Contratação Temporária é o cometimento das funções de professor e monitor, em caráter temporário, na forma da legislação vigente.

Art. 21 A Contratação de professor para a regência de classe e monitor, far-se-á por processo seletivo, observados os seguintes critérios quanto à ordem de preferência:

I - Maior tempo de serviço no magistério na unidade escolar com anos letivos ininterruptos e consecutivos;

II - Maior tempo de serviço no magistério público municipal;

III - Maior experiência na modalidade de ensino;

IV - Maior número de horas em cursos de aperfeiçoamento na área em que está concorrendo, nos últimos cinco anos;

V - Maior tempo de serviço no magistério.

Parágrafo único. Caso haja empate na escolha de vagas dos requisitos acima entre professores e monitores, prevalecerá o critério de maior idade.

VI - Não admitir profissional da educação que implique nos seguintes impedimentos:

a) acumulação ilícita, mais de dois cargos ou funções públicas;

b) acumulação que não comprove a compatibilidade de horários;

c) aposentado por invalidez, seja integral ou proporcional;

d) aposentado em dois cargos ou em um cargo e exercendo um segundo;

e) esteja no 6º (sexto) mês ou mais de gravidez;

f) seja maior de 70 (setenta) anos de idade.

Art. 22 O candidato contratado temporariamente fará jus, durante o período de contratação a:

I - remuneração, consoante o dispositivo neste Plano de Cargos e Carreiras;

II - não terá direito ao acesso de nível no decorrer do contrato, sendo válida a documentação apresentada no ato da convocação;

III - férias e gratificações natalinas proporcionais;

IV - licença gestante e para tratamento de saúde, limitada ao período de contratação.

Art. 23 A convocação deverá ser limitada ao ano escolar em que deverá ser exercida a função, não podendo ter início durante as férias, salvo necessidade imperiosa de reposição de aulas.

CAPITULO V DO PROVIMENTO DE CARGOS

Art. 24 Outras formas de provimento do cargo serão:

a) promoção - acesso de uma ou de outra classe;

b) aproveitamento-reingresso do servidor em disponibilidade;

c) readaptação-provimento em cargo mais compatível com a capacidade física ou

intelectual do servidor;

d) substituição quando o titular do cargo se licencia ou se ausenta por mais de quinze dias.

CAPITULO VI DO ACESSO

Art. 25 O acesso é também uma forma de provimento por derivação vertical, promoção ou elevação funcional.

§ 1º O servidor do magistério terá direito a promoção à classe imediatamente superior, desde que seja do quadro efetivo e apresente comprovantes de mérito, tempo e habilitação, devidamente instruído.

§ 2º O comprovante de nova habilitação é o diploma devidamente registrado no órgão competente, acompanhado do respectivo histórico escolar devidamente instruído.

§ 3º Na falta do diploma será aceito o histórico escolar devidamente instruído com a colação de grau, por tempo máximo determinado de 01 (um) ano.

CAPITULO VII DA PROMOÇÃO FUNCIONAL

Art. 26 O desenvolvimento funcional visa proporcionar oportunidades de crescimento na carreira e propiciar alternativas para a realização pessoal e profissional dos recursos humanos da Secretaria Municipal de Educação, através das seguintes modalidades:

I - Promoção Horizontal - elevação funcional do membro do magistério, dentro do respectivo cargo, pela decorrência de tempo no exercício da função, mediante a passagem de uma classe para a imediatamente seguinte;

II - Promoção Vertical - alteração de nível dentro do mesmo cargo, em decorrência da elevação do grau de escolaridade.

SEÇÃO I DA PROMOÇÃO HORIZONTAL

Art. 27 A promoção horizontal ocorrerá por tempo de serviço, ao completar o interstício de efetivo exercício no magistério público municipal, no respectivo cargo para a classe imediatamente seguinte àquela em que se encontra classificado o membro do magistério, e atendidos os requisitos:

I - Tempo de serviço:

a) 8% (oito por cento) para a classe B, estar na classe A e contar com 3 (três) anos de tempo de serviço;

b) 3% (três por cento) para a classe C, estar na classe B e contar com 6 (seis) anos de tempo de serviço;

c) 3% (três por cento) para a classe D, estar na classe C e contar com 09 (nove) anos de tempo de serviço;

d) 3% (três por cento) para a classe E, estar na classe D e contar com 12 (doze) anos de tempo de serviço;

e) 3% (três por cento) para a classe F, estar na classe E e contar com 15 (quinze) anos de tempo de serviço;

f) 3% (três por cento) para a classe G, estar na classe F e contar com 18 (dezoito) anos de tempo de serviço;

g) 3% (três por cento) para a classe H, estar na classe G e contar com 21 (vinte e um) anos de tempo de serviço;

h) 3% (três por cento) para a classe I, estar na classe H e contar com 24 (vinte e quatro) anos de tempo de serviço;

i) 3% (três por cento) para a classe J, estar na classe I e contar com 27 (vinte e sete) anos de tempo de serviço;

j) 3% (três por cento) para a classe K, estar na classe J e contar com e 30 (trinta) anos de tempo de serviço.

Art. 28 A promoção horizontal será automática, sendo que para a aposentadoria especial, o servidor terá direito à última Letra do art. 27 e no Nível em que se encontra.

CAPÍTULO VIII DA COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Art. 29 A secretaria Municipal de Educação constituirá uma comissão de Valorização do Magistério com a seguinte competência:

I - elaborar e alterar seu regimento interno com normas de funcionamentos e atribuições complementares dos membros;

II - examinar as solicitações sobre a progressão ou ascensão funcional;

III - examinar as fichas de avaliação, para fins de ascensão funcional;

IV - emitir parecer nos casos de reclamação sobre promoção funcional;

V - classificar os candidatas à promoção funcional;

VI - elaborar boletins de promoção funcional;

VII - apreciar e julgar os recursos interpostos pelos membros do magistério, contra as decisões do Conselho Técnico Escolar;

VIII - elaborar os instrumentos de avaliação do membro do magistério em estágio probatório e controlar o seu correto preenchimento;

IX - pronunciar-se anualmente, sobre os sistemas de Valorização do Magistério;

X - divulgar junto às escolas e órgãos Municipais de educação, os critérios estabelecidos para a avaliação.

§ 1º A Comissão de Valorização do Magistério será composta de 05 (cinco) membros titulares do quadro efetivo, todos do grupo do Magistério Municipal, com exceção do membro da Secretaria Municipal de Administração, a saber:

a) 03 (três) titulares e 3 (três) suplentes indicados pelo órgão de classe;

b) 01 (um) titular e 01 (um) suplente indicado pela Secretaria Municipal de Administração;

c) 01 (um) titular e 01 (um) suplente indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O prazo de duração do mandato da comissão será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por período igual.

§ 3º É vedado ao membro da Comissão participar de reunião em que for julgado assunto de seu interesse, ou de parentes consanguíneos ou não, em linha direta ou colateral até 3º grau.

CAPITULO IX DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 30 Entende-se por posse o ato de aceitação do cargo e, depois de nomeado, estará vinculado ao serviço público.

Art. 31 O prazo para tomar posse será de 30 (trinta) dias a contar da data de nomeação, bem como o prazo para o exercício também será de 30 (trinta) dias após tomar posse.

Art. 32 O candidato contratado, será dispensado em caso de apresentação de candidatos aprovados em concurso público municipal.

CAPITULO X DA REMOÇÃO

Art. 33 O servidor do Magistério poderá ser removido de uma para outra escola, ou na Rede Municipal de Ensino por uma das seguintes formas:

a) pedido desde que haja vaga;

b) por permuta.

Art. 34 A remoção deverá ser solicitada até trinta dias antes do início do ano letivo, e somente poderá processar-se, quando houver vagado na função na unidade de destino.

Art. 35 Poderá haver a remoção por permuta, de professor efetivo ou em estágio probatório na mesma modalidade e área de atuação, autorizado pela Secretaria Municipal de Educação, desde que requerido por dois interessados, concomitantemente.

CAPITULO XI DA LOTAÇÃO

Art. 36 A lotação consiste na indicação da unidade escolar ou órgão do sistema de ensino municipal em que o ocupante do cargo de magistério deva ter exercício.

§ 1º A lotação do membro do magistério será feita obedecendo aos seguintes critérios:

I - Maior tempo de serviço ininterrupto no magistério e na unidade escolar;

II - Maior tempo de serviço no magistério público municipal;

III - Maior número de horas em cursos de aperfeiçoamento na área em que está concorrendo, nos últimos cinco anos.

IV - Maior experiência no magistério.

§ 2º Fica assegurado o direito garantido no inciso I do parágrafo anterior ao professor e ao monitor que seja designado em cargo de comissão no âmbito da administração municipal.

§ 3º Caso haja empate na escolha de vagas dos requisitos acima entre professores e monitores, prevalecerá o critério de maior idade.

DO TÍTULO III DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 37 A carga horária do pessoal do Magistério obedecerá aos seguintes regimes de trabalho:

I - 22 (vinte e duas) horas aulas semanais em turno único com no mínimo 20% (vinte por cento) de horas atividades e no máximo 25% (vinte e cinco por cento), de horas atividades;

II - 44 (quarenta e quatro) horas aulas semanais em turnos diferentes, com no mínimo de 20% (vinte por cento) de horas atividades e no máximo 25% (vinte e cinco por cento) de horas atividades.

Parágrafo único. A partir do 6º ano do Ensino Fundamental haverá o regime de hora/aula, seguindo as mesmas proporções deste artigo.

Art. 38 A jornada de trabalho do especialista em educação é de 36 (Trinta e Seis) horas semanais.

TÍTULO IV DOS DIREITOS DEVERES E PROIBIÇÕES

CAPITULO I

DOS DIREITOS

Art. 39 Uma vez admitido no quadro do Magistério Público Municipal, o servidor terá assegurado por Lei os direitos que a Constituição da República, a lei Orgânica do Município e o Estatuto assegura ao serviço público.

Art. 40 Além desses direitos conferir-se-á ao servidor:

I - Receber remuneração de acordo com a classe e nível de habilitação, e o tempo de serviço e a carga horária, conforme estabelecida neste Plano de Cargos e Carreiras;

II - Escolher e aplicar livremente os métodos, os processos, as técnicas didáticas e as formas de avaliações de aprendizagem, sempre observadas as diretrizes do órgão municipal de educação;

III - Participar do processo de planejamento de atividades relacionadas com a educação;

IV - Ser designado para as funções de Diretor ou Diretor-Adjunto, Professor-Coordenador e demais cargos comissionados no âmbito da administração municipal, sem prejuízo funcional;

V - Dispor de ambiente de trabalho, de instalações e material didático suficiente e adequado para exercer com eficiência suas funções;

VI - Ter assegurado a oportunidade de frequentar cursos de formação, atualização, treinamento e especialização profissional.

VII - Receber diárias para participar de cursos de formação continuada, ou atividades inerentes ao cargo de acordo com lei própria;

VIII - Receber auxílio para a publicação de trabalhos didáticos ou técnicos - científico, quando solicitados e/ou autorizados pela Secretaria Municipal de Educação;

CAPITULO II DOS DEVERES

Art. 41 O professor, Monitor e o Especialista de Educação, tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atividades, mantendo conduta moral e funcional adequadas à dignidade profissional, em razão do que deverá:

I - Conhecer e respeitar as Leis, os Estatutos, os regulamentos e as demais normas vigentes;

II - Preservar os princípios, ideais e finalidades da educação brasileira;

III - Esforçar-se em prol da formação integral do aluno, utilizando processos que acompanhem o progresso científico da educação e sugerindo medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais;

IV - Desincumbir-se nas atividades, funções em cargos próprios do magistério;

V - Participar de cursos destinados a sua habilitação, atualização e ou aperfeiçoamento;

VI - Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando as tarefas com eficiência, zelo e presteza;

VII - Apresentar-se ao serviço decente e discretamente trajado;

VIII - Manter espírito de cooperação e solidariedade com a comunidade;

IX - Cumprir ordens superiores, e tratar com urbanidade os colegas e os usuários dos serviços educacionais;

X - Comunicar a autoridade imediata às irregularidades de que tiver conhecimento na sua área de atuação, ou as autoridades superiores, no caso daquela não considerar a comunicação;

XI - Zelar pela economia do material e pela conservação do que for confiado a sua guarda e uso;

XII - Guardar sigilo profissional;

XIII - Conhecer e cumprir o regimento escolar.

CAPITULO III DAS PROIBIÇÕES

Art. 42 É vedado aos Monitores, Professores, Diretor, Diretor-adjunto, Professor-coordenador e Especialistas de Educação:

I - Ministrar aulas em caráter particular, as aulas remuneradas, individualmente ou em grupos, aos alunos das turmas sob sua regência;

II - Ocupar-se em local de trabalho, de assuntos estranhos à finalidade educativa ou permitir que outros o façam.

Parágrafo único. A inobservância das disposições do constante neste artigo, acarretará a aplicação de penalidades previstas na legislação em vigor.

CAPITULO IV DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 43 Visando promover a valorização dos profissionais da educação e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino na Rede Municipal de Ensino, serão promovidos cursos e treinamentos de capacitação e aperfeiçoamento técnico-profissional.

Art. 44 O profissional da educação poderá solicitar afastamento remunerado para cursos de qualificação na área de sua habilitação, ininterruptos de efetivo exercício na carreira do magistério municipal:

I - A cada 5 (cinco) anos, para cursos de pós-graduação "lato sensu".

II - A cada 7 (sete) anos para os cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O afastamento remunerado para cursos de qualificação profissional será de acordo com o tempo de duração do mesmo.

Art. 45 O profissional da educação solicitará o gozo da licença para qualificação profissional, na área do magistério, na época que mais lhe convier, ressalvados os casos em que o interesse público determinar o contrário.

Art. 46 O membro do magistério deverá apresentar, no seu órgão de lotação, mensalmente, atestado de frequência do curso de qualificação profissional que tenha sido objeto de autorização do Executivo Municipal.

Parágrafo único. O membro do magistério, que não cumprir no disposto no artigo anterior, perderá o direito da licença, considerando esse período como falta.

Art. 47 Ocorrendo à comprovação de utilização indevida da licença para qualificação profissional, o membro do magistério ficará sujeito às sanções disciplinares previstas na Lei Complementar nº 07, de 30 de janeiro de 1996.

Art. 48 O membro do magistério, ao regressar do curso de pós-graduação, deverá permanecer na Rede Municipal de Ensino, atuando na área referente a sua qualificação, pelo período igual ao do curso.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto no "caput" deste artigo implicará no ressarcimento aos cofres públicos, dos valores dispendidos com o profissional de educação.

Art. 49 O membro do magistério, ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, somente poderá ser afastado com a remuneração do seu cargo efetivo.

DO TÍTULO V
DOS VENCIMENTOS, VANTAGENS E INCENTIVOS

CAPÍTULO I DOS VENCIMENTOS

Art. 50 Os vencimentos do pessoal do Magistério Municipal, serão estabelecidos segundo os níveis e classes, compatíveis com os anexos I e II da presente Lei, consideradas as habilitações específicas.

Art. 51 Piso salarial é o fixado para a classe A da respectiva categoria funcional, ao nível de habilitação mínima, correspondente à carga horária de 20 (vinte) horas para os monitores, 22 (vinte e duas) horas-aulas semanais de trabalho, para o Professor e de 36 (trinta e seis) horas semanais para o Professor-Coordenador, Diretor, Diretor-Adjunto, Especialista de Educação.

Parágrafo único. o Piso salarial de que trata este artigo será o regulamentado pela Lei Municipal em vigência.

Art. 52 O valor do vencimento de cada classe e de cada nível de habilitação das categorias funcionais é representada pelo piso salarial a que se refere este artigo, aplicados os coeficientes seguintes e na forma indicada:

I - Quanto à categoria funcional de Monitor e Professor:

- Nível I - Coeficiente 1,00
- Nível II - Coeficiente 1,50
- Nível III - Coeficiente 1,70
- Nível IV - Coeficiente 1,90
- Nível V - Coeficiente 2,10

II - Quanto à categoria funcional de Especialista de Educação:

- Nível I - coeficiente 3,50
- Nível II - coeficiente 3,80
- Nível III - coeficiente 4,00
- Nível IV - Coeficiente 4,10

CAPITULO II DAS VANTAGENS E INCENTIVOS

Art. 53 O incentivo financeiro será calculado sobre o vencimento base nos cargos mencionados:

I - Fica garantido 20% (vinte por cento) de regência de classe para os professores em efetivo exercício;

II - Fica garantido 10% (dez por cento) de incentivo financeiro aos professores da zona rural que atuam em escolas de difícil acesso seguindo normas regulamentadas pela Secretaria de Educação;

III - Fica garantido 5% por ministrar aulas em sala multianuais;

IV - Fica garantido 5% proporcional ao número de aula ministrada em sala regular com alunos que apresentam necessidades especiais de acordo com laudo médico comprovando comprometimento de acordo com a Legislação vigente;

V - Poderá ser concedido 2% por participação em Conselhos ou Comissões Permanentes representando a Secretaria de Educação em caráter titular;

VI - Fica garantido 20% (vinte por cento) por ministrar aulas no período noturno.

VII - Os incentivos financeiros que compõe esse artigo poderão ser pagos cumulativo até dois incisos, sempre prevalecendo se for o caso os de maiores valores.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação publicará 30 (trinta) dias antes do início do ano letivo a relação das escolas de difícil acesso;

§ 2º Este artigo deverá ser regulamentado em portaria pela Administração Municipal.

§ 3º Os 20% garantido no inciso I deste artigo será incorporado na base salarial, a partir da data de aprovação desse Estatuto revogando o inciso citado;

Art. 54 Será regulamentado por ato do Poder Executivo, normas para implantação da Avaliação de Desempenho conforme prevê a Constituição Federal, Art. 41, §1º, III e com redação na Emenda Constitucional 19/98.

Art. 55 Os incentivos financeiros de que se trata este estatuto deixarão de ser pagos ao grupo do Magistério que se afastarem de suas funções, salvo nos seguintes casos:

I - Férias;

II - Luto, por 08 (oito) dias para parentes até o terceiro grau;

III - Casamento, por 08 (oito) dias;

IV - Licença para repouso à gestante;

V - Licença paternidade, até 08 (oito) dias;

VI - Licença para tratamento da própria saúde, e de pessoa da família, em pessoas ou parentes de 1º grau;

VII - Acidente em serviço ou moléstia profissional;

VIII - Participação em congresso, seminário, conferências ou outros conclave, diretamente ligados à área de educação, desde que o afastamento seja autorizado pela Secretaria de Educação;

IX - Prestação de serviços obrigatórios por Lei.

CAPITULO III

DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 56 O adicional por tempo de serviço é devido por quinquênio de efetivo exercício prestado ao Município, incidente sobre o valor de referência em que se encontrar o servidor estável.

§ 1º O adicional correspondente ao primeiro quinquênio é de 10% (dez por cento), e os demais 5% (cinco por cento) cada um até o limite máximo de 40% (quarenta por cento);

§ 2º O servidor contará, para esse efeito, o tempo de serviço prestado ao município, inclusive na condição de contratado, desde que não haja interrupção.

§ 3º O adicional por tempo de serviço é devido a partir do dia imediato aquele em que o servidor completar quinquênio;

§ 4º O servidor investido em cargo de provimento em comissão continuará a receber o adicional por tempo de serviço, calculado sobre o valor da referência de seu cargo de carreira;

§ 5º Quando ocorrer aproveitamento ou reversão serão considerados os quinquênios anteriormente atingidos, bem como a fração de quinquênio interrompido, retornando-se a contagem de tempo de serviços, para efeito de gratificação adicional por tempo de serviço, a partir do novo exercício.

CAPITULO IV DAS FÉRIAS

Art. 57 Os membros do grupo do Magistério, gozarão de férias anuais, assim distribuídos:

§ 1º Professor 45 (quarenta e cinco) dias;

a) 30 (trinta) dias no término do ano escolar;

b) 15 (quinze) dias entre duas etapas letivas.

§ 2º A designação de professor para trabalhos de exame e outros que se hajam de realizar nos períodos das férias previstas neste artigo, será feita com concordância dos membros e remunerações na forma da legislação em vigor;

§ 3º Se entre os períodos letivos regulares houver recesso na unidade escolar, os professores poderão incorporar, além das férias regulamentares, o recesso referido, desde que não fique prejudicado o cumprimento da legislação de ensino.

Art. 58 Gozará férias de 30 (trinta) dias, o professor que:

I - Não estiver em efetivo exercício em unidade escolar;

II - Se aposentado, e ocupar cargo em comissão;

III - For readaptado para outras funções, em consequência de laudo médico.

CAPITULO V DOS AFASTAMENTOS

Art. 59 Os professores, Monitores e Especialistas de educação poderão ser afastados do cargo, respeitado o interesse da administração pública, para os seguintes fins:

I - prover cargo em comissão no âmbito desta Administração Municipal;

II - exercer atividades inerentes correlatas às do Magistério em cargos ou funções previstas nas unidades e nos órgãos da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o quantitativo a ser estabelecido, por ato do Poder executivo;

III - exercer, por tempo determinado, atividades em órgãos ou entidades da União, ou de Estados, em outras secretarias, em Autarquias e em outros Poderes Públicos ou junto a entidades conveniadas com a Secretaria de Educação, desde que com prejuízo dos vencimentos e demais vantagens específicas;

IV - para, sem prejuízo do ensino, frequentar curso regular de formação de professor, pelo período de duração do curso, mediante comprovação de matrícula e respectiva frequência;

Parágrafo único. Os afastamentos previstos nos incisos I, II e IV, somente ocorrerão sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo.

Art. 60 A cessão funcional para outros Estados ou Municípios somente será permitida quando sem ônus para o órgão de origem, ou com ônus se, em contrapartida houver cessão de outro funcionário, de igual categoria funcional, para vir prestar serviço ao Município.

§ 1º Em qualquer hipótese o afastamento será autorizado somente pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período;

§ 2º Incumbe a Secretaria de Educação, o controle dos servidores colocados à disposição, na forma deste artigo, bem como a lotação daqueles que forem colocados à disposição do Município em regime de contrapartida.

TÍTULO VI DA APOSENTADORIA

Art. 61 O grupo do Magistério será aposentado de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal, o Estatuto do Servidor Público Municipal e a Legislação Federal vigente.

TÍTULO VII DOS DIRIGENTES

Art. 62 As funções de Secretário Municipal de Educação, são de livre nomeação do Poder Executivo.

§ 1º A escolha do Secretário Municipal de Educação se dará entre todos os trabalhadores em Educação do Município de Alcinópolis;

§ 2º Deverá contar com no mínimo 02 (dois) anos de residência no município de Alcinópolis;

§ 3º Deverá contar com no mínimo 02 (dois) anos de experiência no exercício de docência;

§ 4º A habilitação exigida será a de nível superior na área educacional;

§ 5º A remuneração e a vigência do mandato serão de acordo com a Legislação própria do Município de Alcinópolis;

TÍTULO VII DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS

Art. 63 As funções de Diretor e Diretor-Adjunto das Escolas Municipais são de livre nomeação do Poder Executivo.

§ 1º A escolha dos diretores das Unidades Escolares, se dará através de lista triplíce indicada pelo executivo municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do término do ano escolar;

§ 2º Pertencer ao quadro permanente ou efetivo de monitores, professores e especialista de educação da unidade escolar, com no mínimo de 02 (dois) anos de efetiva docência.

§ 3º A escolha será feita pela categoria, dentre um dos três nomes apresentados e nomeado pelo Executivo Municipal.

§ 4º Caso não haja nenhum candidato na Unidade Escolar que obedeça aos critérios mencionados, será recorrido aos critérios citados no artigo 62.

§ 5º Será regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação as normas da eleição dos representantes da categoria que trata o parágrafo anterior.

§ 6º No caso de necessidade de diretor-adjunto será nomeado o segundo colocado da lista triplíce;

§ 7º O mandato da direção será de 2 (dois) anos;

§ 8º No caso de afastamento em definitivo da direção será feita nova eleição até que complete o mandato vigente;

§ 9º Em caso de afastamento temporário será designado pelo prefeito um professor-coordenador para responder pela Unidade Escolar, sendo garantidas as vantagens financeiras da função em exercício.

§ 10 Poderão votar para o cargo de direção os profissionais concursados e convocados, desde que seja nos últimos 06 (seis) meses que antecedem as eleições de cada Unidade Escolar;

Art. 64 As funções de Diretor e Diretor-Adjunto, não sofrerão prejuízos em seus vencimentos, vantagens e direitos, sendo assegurados pelo exercício da função o retorno ao local e função de origem após o término do mandato.

Art. 65 A remuneração do Diretor e Diretor-Adjunto obedecerá à tabela do Plano de Cargos da Prefeitura Municipal.

Art. 66 Será considerado como habilitação mínima para a função de Diretor e Diretor-Adjunto, licenciatura plena em Pedagogia ou em nível de pós-graduação na área educacional.

Art. 67 O Diretor e o Diretor-Adjunto designados para o cargo cumprirão carga horária de 36 (trinta e seis) horas semanais.

TÍTULO - VIII DOS PROFESSORES COORDENADORES

Art. 68 A função do professor coordenador será escolhida através de lista triplíce encaminhada pelo Diretor e aprovada pelos professores de cada Unidade de Ensino, onde deverá ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício em sala de aula e ser do quadro efetivo e ou permanente de professores.

Art. 69 Será considerado como habilitação mínima para a função de professor coordenador, licenciatura plena em Pedagogia ou em nível de pós-graduação na área educacional.

Art. 70 Poderá ser considerada habilitação em nível superior nas áreas educacionais, caso não haja habilitado para o desempenho da função.

Art. 71 A função de professor-coordenador, não sofrerá prejuízos em seus vencimentos, vantagens e direitos, sendo assegurados pelo exercício da função e retorno ao local e função de origem após o término do mandato.

Art. 72 A remuneração do Professor-coordenador será aplicado no que couber o artigo 65, desta lei.

Art. 73 O professor-coordenador designado para o cargo cumprirá carga horária de 36 (trinta e seis) horas semanais.

TÍTULO - IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 74 As despesas decorrentes de aplicação desta lei correrão à custa das verbas destinadas à Educação no Orçamento Municipal e celebração de convênios, se for o caso.

Art. 75 Dispositivos desta Lei terão regulamentação própria, desde que necessário.

Art. 76 Os atuais ocupantes dos cargos do Magistério Municipal, não serão prejudicados por nenhum dispositivo da lei anterior exaurido nesta Lei.

Art. 77 Para implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério de Alcinópolis - MS, ficam criados os cargos de provimentos efetivos discriminados nos Anexos de I a V, que passam a formar o Quadro Permanente da Prefeitura Municipal.

Art. 78 Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas a Lei Complementar nº 09/2005, de 13 de dezembro de 2005, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de maio de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Arquive-se.

PORTARIA Nº 047/2011. DE 02 DE MAIO DE 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JESUS APARECIDO DE LIMA, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, durante o período de férias da titular, ou seja, de 02 a 31 de maio de 2011, sem remuneração e sem acúmulo de função.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ou afixação em local público.

Alcinópolis - MS., 02 de maio de 2011.

(a.) MANOEL NUNES DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I
(LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2011, DE 03 DE MAIO DE 2011)

TABELA 1

FUNÇÕES INERENTES AOS CARGOS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

CATEGORIA FUNCIONAL: PROFESSOR, ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO, PROFESSOR-COORDENADOR, DIRETOR, DIRETOR-ADJUNTO E MONITOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

PADRÃO	FUNÇÃO	HABILITAÇÕES MÍNIMAS ADMITIDAS
P – I	Monitor de Educação Infantil e Anos Iniciais	Magistério em nível médio completo
P – II	Professor de Educação Infantil	Magistério em nível médio, quatro anos e/ou pedagogia ou normal superior com habilitação em educação infantil.
P – III	Professor do Ensino Fundamental	Magistério em nível superior, para os anos iniciais e ou Licenciatura de nível superior na área de atuação. Licenciatura na área de atuação para os anos finais do Ensino Fundamental.
ESP	Especialista de Educação	Licenciatura Plena em Pedagogia e ou Pós Graduação na área específica de atuação
PC	Professor-Coordenador	Licenciatura Plena em Pedagogia ou em nível de Pós-Graduação na área educacional.
PD	Diretor	
PDA	Diretor-Adjunto	

ANEXO II
(LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2011, DE 03 DE MAIO DE 2011)

NÍVEIS DE HABILITAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

DIRETOR, DIRETOR-ADJUNTO, PROFESSOR-COORDENADOR, PROFESSOR E MONITOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

NÍVEL	HABILITAÇÃO
Nível – I	Magistério correspondente ao ensino médio quatro anos.
Nível – II	Curso Superior com licenciatura na área de atuação.
Nível – III	Curso de Pós Graduação na área de atuação.
Nível – IV	Curso de Mestrado na área de atuação.
Nível – V	Curso de Doutorado na área de atuação.

ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO

NÍVEL	HABILITAÇÃO
Nível – I	Curso Superior com licenciatura na área de atuação.
Nível – II	Curso de Pós Graduação na área de atuação.
Nível – III	Curso de Mestrado na área de atuação.
Nível – IV	Curso de Doutorado na área de atuação.

ANEXO III

(LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2011, DE 03 DE MAIO DE 2011)

TABELA I

TABELA DE INTERSTÍCIO PARA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

PERÍODO BÁSICO DE TEMPO DE SERVIÇO	CLASSE
Até três anos	A
Mais de três anos	B
Mais de seis anos	C
Mais de nove anos	D
Mais de doze anos	E
Mais de quinze anos	F
Mais de dezoito anos	G
Mais de vinte e um anos	H
Mais de vinte e quatro anos	I
Mais de vinte e sete anos	J
Mais de trinta anos	K

ANEXO IV
(LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2011, DE 03 DE MAIO DE 2011)

TABELA I

QUADRO DE VAGAS PARA PROVIMENTO EFETIVO DO GRUPO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

CARGO	MODALIDADE DE ENSINO	QUANTIDADE
PROFESSOR	EDUCAÇÃO INFANTIL	20
PROFESSOR	ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º A 5º ANO	30
PROFESSOR	ENSINO FUNDAMENTAL DE 6º A 9º ANO	30
ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO BÁSICA	06
MONITOR	EDUCAÇÃO INFANTIL	10

TABELA II

CARGO	MODALIDADE DE ENSINO	QUANTIDADE
DIRETOR DE ESCOLA	EDUCAÇÃO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL	03
DIRETOR ADJUNTO/ PROFESSOR-COORDENADOR	EDUCAÇÃO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL	03

ANEXO V
(LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2011, DE 03 DE MAIO DE 2011)

TABELA – I

TABELA DE VENCIMENTOS MONITOR – 20 HORAS

Referência Nível	A 1.00	B 1.08	C 1.11	D 1.14	E 1.17	F 1.20	G 1.23	H 1.26	I 1.29	J 1.32	K 1.35
MAG – I	527,85	570,08	585,91	601,75	617,58	633,42	649,26	665,09	680,93	696,76	712,60
MAG – II	791,78	855,12	878,87	902,62	926,38	950,13	973,88	997,64	1.021,39	1.045,14	1.068,90
MAG – III	897,35	969,13	996,05	1.022,97	1.049,89	1.076,81	1.103,73	1.130,65	1.157,58	1.184,50	1.211,42
MAG – IV	1.002,92	1.083,15	1.113,24	1.143,32	1.173,41	1.203,50	1.233,59	1.263,67	1.293,76	1.323,85	1.353,94
MAG – V	1.108,49	1.197,16	1.230,42	1.263,67	1.296,93	1.330,18	1.363,44	1.396,69	1.429,95	1.463,20	1.496,45

TABELA DE VENCIMENTOS PROFESSOR – 22 HORAS/AULAS (sem regência)

Referência Nível	A 1.00	B 1.08	C 1.11	D 1.14	E 1.17	F 1.20	G 1.23	H 1.26	I 1.29	J 1.32	K 1.35
MAG – I	552,18	596,36	612,92	629,49	646,05	662,62	679,18	695,75	712,32	728,88	745,45
MAG – II	828,27	894,54	919,38	944,23	969,08	993,93	1.018,78	1.043,63	1.068,47	1.093,32	1.118,17
MAG – III	938,71	1.013,81	1.041,97	1.070,13	1.098,29	1.126,45	1.154,61	1.182,78	1.210,94	1.239,10	1.267,26
MAG – IV	1.049,15	1.133,08	1.164,55	1.196,03	1.227,50	1.258,98	1.290,45	1.321,93	1.353,40	1.384,87	1.416,35
MAG – V	1.159,58	1.252,35	1.287,14	1.321,93	1.356,71	1.391,50	1.426,29	1.461,08	1.495,86	1.530,65	1.565,44

TABELA DE VENCIMENTOS PROFESSOR – 22 HORAS/AULAS (com regência incorporada)

Referência Nível	A 1.00	B 1.08	C 1.11	D 1.14	E 1.17	F 1.20	G 1.23	H 1.26	I 1.29	J 1.32	K 1.35
MAG – I	662,62	715,63	735,51	755,39	775,26	795,14	815,02	834,90	854,78	874,66	894,54
MAG – II	993,93	1.073,44	1.103,26	1.133,08	1.162,90	1.192,71	1.222,53	1.252,35	1.282,17	1.311,99	1.341,80
MAG – III	1.126,45	1.216,57	1.250,36	1.284,16	1.317,95	1.351,74	1.385,54	1.419,33	1.453,12	1.486,92	1.520,71
MAG – IV	1.258,98	1.359,70	1.397,46	1.435,23	1.473,00	1.510,77	1.548,54	1.586,31	1.624,08	1.661,85	1.699,62
MAG – V	1.391,50	1.502,82	1.544,57	1.586,31	1.628,06	1.669,80	1.711,55	1.753,29	1.795,04	1.836,78	1.878,53

TABELA DE VENCIMENTOS ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO – 36 HORAS

Referência Nível	A 1.00	B 1.08	C 1.11	D 1.14	E 1.17	F 1.20	G 1.23	H 1.26	I 1.29	J 1.32	K 1.35
MAG – I	2.319,17	2.504,70	2.574,28	2.643,85	2.713,43	2.783,00	2.852,58	2.922,15	2.991,73	3.061,30	3.130,88
MAG – II	2.517,95	2.719,39	2.794,93	2.870,47	2.946,01	3.021,54	3.097,08	3.172,62	3.248,16	3.323,70	3.399,24
MAG – III	2.650,48	2.862,52	2.942,03	3.021,54	3.101,06	3.180,57	3.260,09	3.339,60	3.419,12	3.498,63	3.578,14
MAG – IV	2.716,74	2.934,08	3.015,58	3.097,08	3.178,59	3.260,09	3.341,59	3.423,09	3.504,59	3.586,10	3.667,60

Rancho

Chacara da Marcionei

APRESENTA

1ª FESTA DO



HOMENAGEM AO SANTO DE DEVOÇÃO DE JOSÉ FERREIRA DA COSTA

1º Arraiaia

359

Programação:

01/07/2011 a partir das 19h30m

Quadrilha com Grupo da Melhor Idade - Centro de Conviver.
Quadrilha Escola Estadual Romilda Costa Carneiro.
Baile com Grupo Inovação de Cassilândia

02/07/2011 a partir das 19h

Missa Campal do Divino Pai Eterno
(com o Padre da Paróquia Nossa Senhora Aparecida)
Quadrilha com Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
Quadrilha com A Geração do Manezão (Júlio Narciso) e da Pracidina (Noemia Costa).
Baile com Grupo Inovação de Cassilândia

03/07/2011 a partir das 19h30m

Catira com Grupo de Catira de Alcínópolis.
Quadrilha com o Grupo Cueca Virada
Baile com Grupo Inovação de Cassilândia

VENDA DE MESAS COM FARIANE GOMES
67 8461-8518
E NO LOCAL DA FESTA RANCHO 359

APOIO:



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALCÍNÓPOLIS



CÂMARA MUNICIPAL

Artmidi@

Imagem e Comunicação Digital

67 3247-5269

Costa Rica - MS

Participação:

Escola Estadual Romilda Costa Carneiro
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
Pastoral da Criança
Grupo da Melhor Idade - Centro de Conviver
Paróquia Nossa Senhora Aparecida
Grupo de Quadrilha Cueca Virada

Haverá Barracas
Típicas com os
Grupos Participantes
Pau de Cebo
Fogueira